



Diálogo Público
Encontro de Ideias e Soluções

Primeira Infância e Gestão Municipal Caminhos para uma Política Intersectorial

Conselheiro Cezar Miola

Ouvidor do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul,
Vice-presidente de Relações Político-Institucionais e
Coordenador da Comissão de Educação da Atricon.

Os Tribunais de Contas e as Políticas Públicas

Uma mudança estratégica, com foco na qualidade do gasto público, no desempenho material.

Assim, para além de fiscalizar:

- **Orientar;**
- **Induzir;**
- **Cooperar** – atores institucionais e da sociedade;
- **Avaliar impactos.**

Os Tribunais de Contas, a Primeira Infância e sua Interação com a Educação Infantil

Os artigos 205 e 227 e as prioridades definidas pela Constituição (que todos juramos cumprir e fazer cumprir).

DNA de Cuidado da Criança

Atuação do TCE-RS Representação MPC nº 31/2007

A partir da provocação do Ministério Público de Contas, o TCE- RS passou a elaborar radiografias da oferta de vagas na educação infantil, buscando reduzir as desigualdades no ensino.

Importância da Educação Infantil

Vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 2000, James Heckman concluiu que cada dólar investido em programas de qualidade para a Primeira Infância gera de US\$ 4 a US\$ 16 em retorno. Quanto mais cedo agirmos, maior será o impacto — para crianças, famílias, empresas e comunidades.



“Ministério da Criança”

Por mais que se reconheçam o engajamento, o espírito público e o real propósito de incontáveis atores no cuidar das nossas meninas e dos nossos meninos, a dispersão de ações em nada contribui para se concretizarem os seus direitos com a urgência e a efetividade que se impõem.

<https://atrimon.org.br/ministerio-da-crianca/>

Mês da Primeira Infância

A **Lei nº 14.617/2023**, que institui o **Mês da Primeira Infância em agosto**, reforça a importância da atenção integral a essa fase crucial do desenvolvimento, que vai da gestação aos seis anos de idade. O objetivo é garantir que as crianças tenham acesso a um ambiente seguro, acolhedor e estimulante para crescerem de forma saudável, física, emocional e socialmente.

Política Nacional Integrada da Primeira Infância

Solidariedade Federativa

Decreto nº 12.574, de 5 de agosto de 2025

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional Integrada da Primeira Infância – PNIP, no âmbito da União.

§ 1º A PNIP tem como finalidade estabelecer **coordenação intersectorial e integrada das políticas setoriais destinadas à criança na primeira infância**, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Primeira Infância

Pacto com o Conselho Nacional de Justiça

25-06-2019 - IRB e Atricon integram o Pacto Nacional pela Primeira Infância do CNJ



Criado o Comitê Técnico da Primeira Infância pelo IRB em 23-02-2022

Presidente:
Conselheiro Edson Ferrari

Coordenador Técnico:
Halim Antonio Girade
Telefone: (61) 9 9321-0093
E-mail: hgirade@hotmail.com



Os planos de governo dos eleitos

O PPA e a Primeira Infância



FRENTE PARLAMENTAR MISTA
DA PRIMEIRA INFÂNCIA



Nota Recomendatória Atricon-IRB-Abracom-CNPTC-FPPI-UVB nº 01/2023

“Lugar de criança é no orçamento público”

Memorando de Entendimento CNMP-Atricon-IRB-Unicef

Busca Ativa

Memorando de Entendimento que entre si celebram **CNMP**, por meio da CDDF, **Atricon**, **IRB** e **Unicef** para estabelecer as diretrizes e os compromissos entre os partícipes, destinados a apoiar municípios e estados brasileiros no desenvolvimento e na implementação de políticas, programas e ações públicas voltadas ao enfrentamento da exclusão e do fracasso escolar, incluindo as estratégias de busca ativa escolar de crianças e adolescentes fora da escola e trajetórias de sucesso escolar. Firmado em 27 de março de 2020.



OPERAÇÃO EDUCAÇÃO

FISCALIZAÇÃO ORDENADA NACIONAL

Realização:



Coord. Técnica:



Apoio:



Operação Educação

Resultados

- **31%** das escolas visitadas não têm coleta de esgoto;
- **43%** não têm extintores;
- **28%** possuem extintores com prazo de validade vencido;
- Entre as que têm cozinhas, **82%** não têm alvará de funcionamento da vigilância sanitária;
- **62%** não têm biblioteca;
- **63%** não possuem sala de leitura;
- **88%** sem laboratório ou sala de informática;
- **80%** não disponibilizam equipamentos de informática para alunos;
- **57%** não têm câmera de segurança.

Operação Educação



Censo Escolar

(A importância do preenchimento correto dos dados)

Infraestrutura Geral das Escolas Públicas

	Brasil	RS
Internet	90%	98%
Banda Larga	77%	78%
Quadra de Esportes	37%	46%
Biblioteca	32%	63%
Laboratório de Informática	29%	44%
Sala de Atendimento Especial	29%	50%
Sala de Leitura	25%	20%
Laboratório de Ciências	11%	23%

Fonte: Censo Escolar 2024

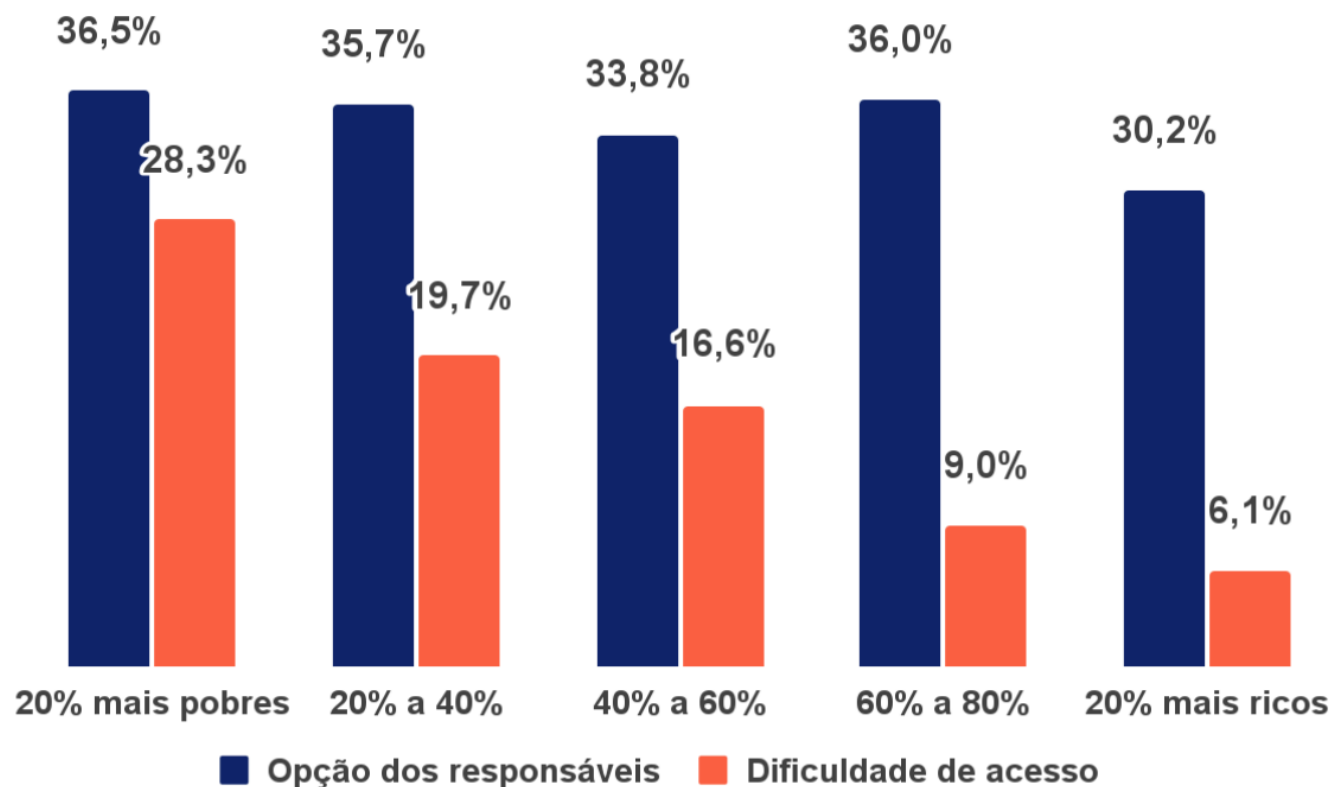
Prioridades

Mesmo assim, seguimos encontrando despesas (apropriadas à MDE!) com:

- kits de robótica;
- apostilas;
- aplicativos, livros digitais, etc.;
- artigo 11, inciso V da LDB.

Panorama do acesso à Educação Infantil no Brasil

Gráfico 8: Motivos de não frequentar a Educação Infantil para crianças de 0 a 3 anos por quintil de renda (2024)

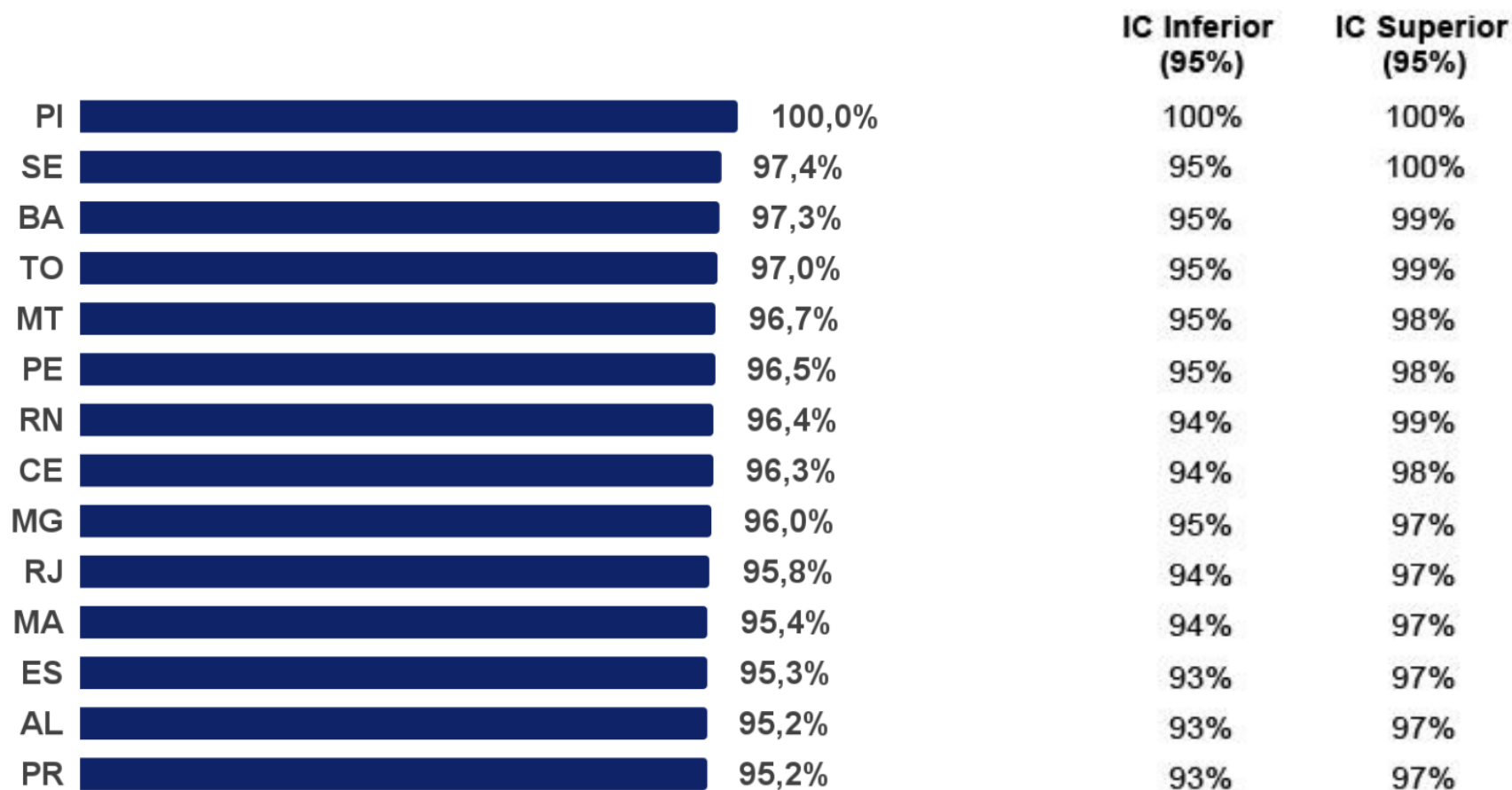


Fonte: Todos Pela Educação. Disponível em

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2025/08/estudo-panorama-do-acesso-a-educacao-infantil-no-brasil-todos-pela-educacao.pdf>

Panorama do acesso à Educação Infantil no Brasil

Gráfico 29: Taxa de atendimento de 4 a 5 anos na Educação Infantil por UF (2024)

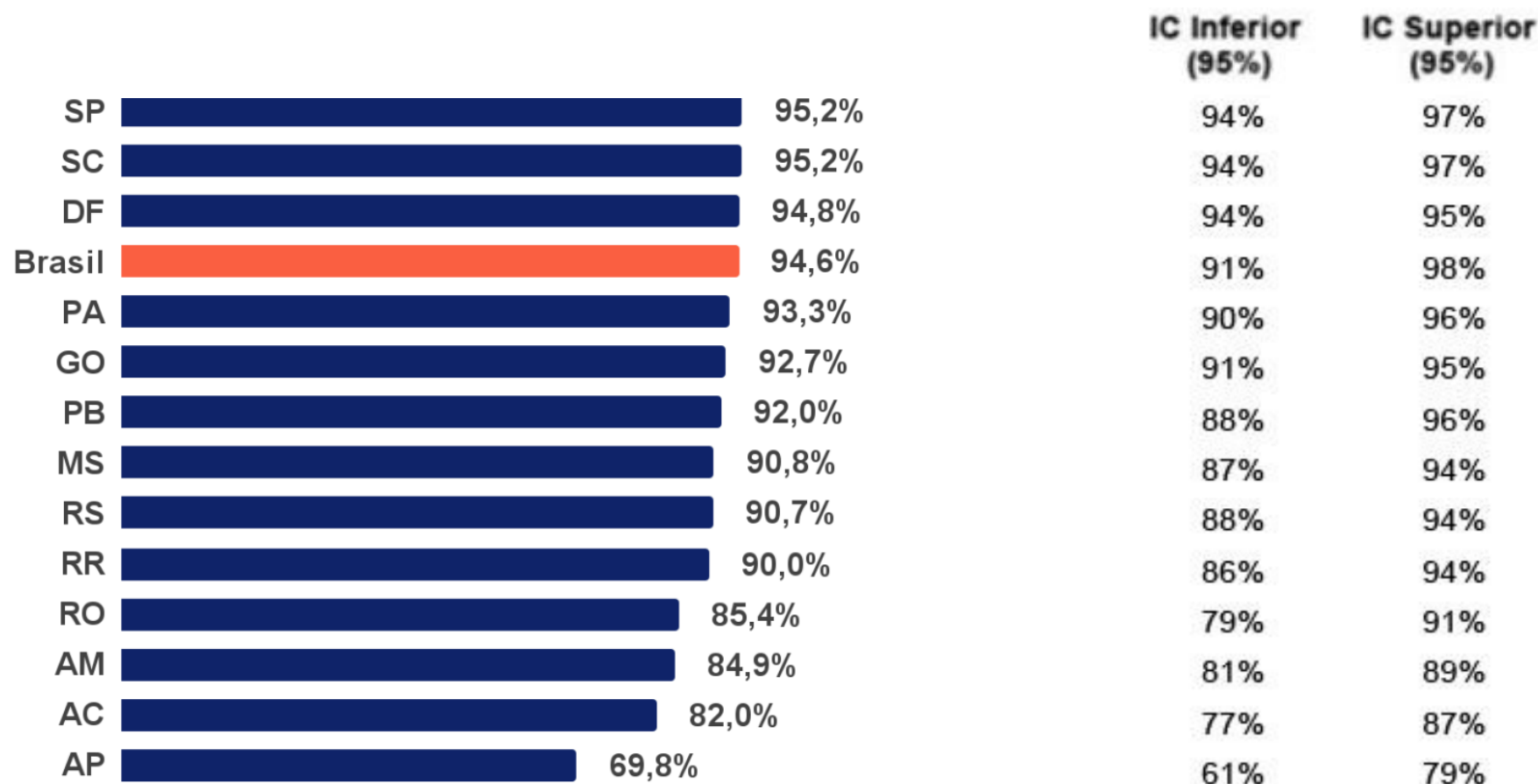


Fonte: Todos Pela Educação. Disponível em

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2025/08/estudo-panorama-do-acesso-a-educacao-infantil-no-brasil-todos-pela-educacao.pdf>

Panorama do acesso à Educação Infantil no Brasil

Gráfico 29: Taxa de atendimento de 4 a 5 anos na Educação Infantil por UF (2024)



Fonte: Todos Pela Educação. Disponível em

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2025/08/estudo-panorama-do-acesso-a-educacao-infantil-no-brasil-todos-pela-educacao.pdf>

Novo Plano Nacional de Educação

Projeto de Lei nº 2614/2024

Grupo de Trabalho

Entidades do controle externo.

Como resultado, foi enviado à Câmara dos Deputados um conjunto de **11 emendas**.

Município do RS

ANO	0 A 3 ANOS		4 A 5 ANOS	
	MATRÍCULAS	TAXA DE ATENDIMENTO	MATRÍCULAS	TAXA DE ATENDIMENTO
2013	578	4,84%	1.176	19,58%
2014	622	5,21%	1.248	20,78%
2015	546	4,58%	1.183	19,70%
2016	590	4,95%	1.767	29,43%
2017	577	4,84%	1.888	31,44%
2018	593	4,97%	2.382	39,66%
2019	671	5,62%	2.862	47,65%
2020	469	4,01%	2.671	40,51%
2021	595	5,09%	2.148	32,58%
2022	1.227	13,40%	2.949	54,28%
2023	1.350	14,75%	3.196	58,83%
2024	1.509	16,48%	3.222	59,30%

Fonte: TCE-RS.

*Lei Federal nº 13.005/2014, alterada pela Lei Federal nº 14.934/2024.

Metas PNE 2014-2025*

- Creche: 50%
- Pré-escola: 100% (até 2016)



Boas Práticas na Atricon, no IRB e nos Tribunais de Contas

Cartilhas da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Primeira Infância no Município
Série mostra **como priorizar crianças de 0 a 6 anos** nas gestões municipais



REALIZAÇÃO

FUNDAÇÃO Maria Cecília Souto Vidigal

PARCEIROS TÉCNICOS

ATRICON
Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes

CONASEMS
Conselho Nacional de Secretários de Saúde

CONASS
Conselho Nacional de Secretários de Saúde

CONSEC
Conselho Nacional de Secretários de Saúde

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

MINAS GERAIS
GOVERNO DO ESTADO

UNDIME
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

unicef


Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Disponível em
<https://fundacaomariacecilia.org.br/noticias/serie-primeira-infancia-no-municipio-reforca-a-prioridade-para-criancas-de-0-a-6-anos/>

Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa




Fonte: Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa. Disponível em <https://portal.tce.go.gov.br/documents/417632/0/E-BOOK-PRIMEIRA-INFANCIA-13-12-2022/fc2bbf42-3a0c-4520-9a2b-5b382e674530> e <https://irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2025/02/livro-a-primeira-infancia-e-os-tribunais-de-contasdesigualdades.pdf>

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RS



**PRIMEIRA
INFÂNCIA**
Cuidando do que mais importa TCE-RS

**Ações do TCE-RS na
Primeira Infância:**
O QUE JÁ FOI FEITO E PERSPECTIVAS
PARA O BIÊNIO 2024/25



Obrigado!

Conselheiro Cezar Miola

Ouvidor do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul,
Vice-presidente de Relações Político-Institucionais e
Coordenador da Comissão de Educação da Atricon.

cezar@tce.rs.gov.br
vprelpol.atricon@gmail.com